

Lucio Flavio Pinto

4468
A Amazônia de hoje (1)

Por possibilitar a abertura de uma nova fronteira econômica, a Amazônia passará incólume a atual crise econômica que está devastando o país — ou, pelo menos, sofrerá menos do que qualquer outra região brasileira?

Muitos estão apostando numa resposta afirmativa com base simplesmente em uma evidência do bom senso: uma área capaz de incorporar novas riquezas ao processo produtivo em curso necessariamente terá que continuar a receber investimentos. Sem incrementos na atividade econômica, como o Brasil poderá sair de sua atual situação de "déficit" permanente nas transações correntes e amortizar a incrível dívida externa que está tirando o sono de toda a Nação?

Trata-se, aparentemente, de uma boa questão. Mas, no fundo, ela é sofismática. Um número crescente de brasileiros começa a duvidar de que o país tenha condições técnicas de saldar seus compromissos financeiros com o produto de sua atividade produtiva, seja a atual ou a que vier a ser alcançada através de um tremendo esforço de desenvolvimento ou de uma insuportável dose de sacrifícios. Combinados os dois fatores (o que não ocorre no momento, evidentemente), ainda assim o peso dos débitos estará acima da capacidade de pagamento.

Assim, qualquer esforço para responder à dívida inicial sobre a posição da Amazônia diante da crise nacional só poderá ser satisfatório se atender à questão preliminar: de que o Brasil estará entrando numa batalha suicida se acha que pode pagar sua dívida tal como ela está delineada atualmente. E preciso negar esse perfil, desmontá-lo e estruturar um esquema de pagamento que, para ser atendido, não remeta o país para o retrocesso histórico e a drenagem de riquezas.

Desde o final da década de 50 a Amazônia deixou de ser uma região autárquica, com veleidades a desfrutar de um processo de desenvolvimento autônomo, auto-suficiente. Contra a sua vontade em alguns casos e à revelia de seu conhecimento na maioria das vezes, ela se incorporou à economia nacional, que a anelou aos mercados internacionais, com todos os referendos dados a essa política colonialista pelos órgãos federais aqui estabelecidos (acobertados pela omissão, conveniência e incompetência das administrações locais). Hoje, então, nada se faz nos centros mais dinâmicos do país que não tenha sua repercussão entre nós.

A capacidade de investimento do capital nacional está erodida. Por isso, ele perdeu poder de competitividade em todas as regiões nas quais se acha instalado. Sua capacidade sofreu impacto ainda maior em função da dolarização da economia brasileira, neologismo de quem adotou um comportamento cambial tipicamente sado-masoquista. Reflexo dessa situação é o esvaziamento do mercado de compra e venda de terras: mesmo sendo preciosas e para a prática especulativa, elas estão ficando além da capacidade aquisitiva dos que normalmente participavam dessas transações.

O ganho empresarial só está resguardado nos setores de exportação, embora isso não proteja o país de perdas. Satisfeitos por estar fechando contratos em dólar, muitos exportadores não se preocupam muito em receber menos dólares por cada unidade de produto: na conversão pela moeda nacional, que desliza célere para o fundo do buraco, há sempre compensação. Ruim para o país nas suas relações de troca, péssimo para o seu povo, obrigado a um sacrifício de produção que se parece àquela fábula sobre a conversão de Santo Agostinho, à beira da praia.

Diante desse quadro, a expansão da Amazônia enquanto fronteira (e, portanto, a uma taxa exponencial, mais acelerada do que o país), se ocorrer, se realizará fora do controle nacional. Nem o Estado, nem os capitais locais têm condições de impulsionar seu crescimento e nem mesmo de impor-lhe uma direção de acordo com sua vontade. Num país obsecado pela sofreguidão do dólar a qualquer custo, a Amazônia será mesmo imolada.

Isso não significa, no entanto, que neste momento a região tenha sido entregue, ao contrário do que reverberam os que, apesar de toda a boa vontade, reduzem seu raciocínio à repetição de slogans e lugares-comuns. Embora os assim chamados países centrais estejam obtendo dividendos com a crise, essas vantagens não se distribuem equitativamente ou de uma forma genérica. Lá, também há os que estão perdendo. Existem até os que perdem muito e estão ameaçados. A desorganização e a incerteza são elementos indescartáveis de uma ordem econômica em franco desmoronamento. A Amazônia, que foi indexada (para usar o jargão da moda) a centros compradores internacionais, também sofre as repercussões.

Havendo tanta crise embolando o meio de campo, é preciso abrir esse matagal selvagem com as luzes de uma percepção forjada na têmpera da análise. Sem preconceitos, mas também sem mistificação.